

TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS DOCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINOS INFANTIL E FUNDAMENTAL EM ICAPUÍ-CE

Dallysson Dallwonn de Oliveira Capistrano¹,

Alan Martins de Oliveira², Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins³

Resumo. As mudanças climáticas e suas consequências socioambientais em todo o planeta têm evidenciado cada vez mais a necessidade da preservação ambiental, dado que os elevados padrões de consumo e exploração vigentes na sociedade capitalista têm levado à escassez dos recursos naturais. Diante dessa realidade, no Brasil foi criada a Lei nº 9.795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e considera a Educação Ambiental como tema transversal a ser incluído em todos os níveis de formação. Este trabalho tem como objetivo avaliar a inserção da Educação Ambiental, de forma transversal e contínua, nos ensinos infantil e fundamental das instituições de ensino da rede pública no município de Icapuí-CE. Foi aplicado questionário com o corpo docente, através da plataforma *google forms*, tendo um retorno de 30,2%. Como previsto na PNEA e na Base Nacional Curricular Comum, foi verificado que a temática Educação Ambiental está parcialmente contemplada nos conteúdos programáticos dos professores participantes desta pesquisa, sendo a metade os que afirmaram ter no plano de aulas. Porém, devido às limitações impostas pela pandemia de covid-19, atividades práticas não estavam em desenvolvimento e, assim, não puderam ser verificadas.

Palavras-chave: Tema Transversal. PNEA. Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da máquina a vapor, a revolução industrial transformou o mundo no âmbito do desenvolvimento fabril e econômico. Entretanto, com o decorrer do tempo, evidenciou-se que o avanço tecnológico nos processos produtivos, acarretam impactos ambientais positivos e negativos.

Nesse sentido Paiva [1] afirma que:

Nas últimas décadas, com a globalização e os avanços tecnológicos, tem-se enfrentado uma crise ambiental sem precedentes. A evolução dos impactos socioambientais tem interferido sobre os modos de existir e conviver de forma significativa. Os desastres ambientais de causa antrópica, como o desmatamento, o aumento do efeito estufa em função da industrialização e do uso cada vez mais de combustíveis fósseis, a poluição das águas, da atmosfera e dos solos estão ocorrendo em um formato sem precedentes na história da humanidade (PAIVA, 2019, p.16).

No atual cenário de crise socioambiental, fica evidente que para frear os processos de esgotamento dos recursos naturais são necessárias políticas públicas direcionadas para a conservação e preservação ambiental, pautadas na sustentabilidade. De acordo com Paiva (2019), a preocupação com a questão ambiental refletiu diretamente na legislação brasileira no âmbito da educação.

A Lei nº 9.795 de 1999 (BRASIL, 1999) [2], institui a Política Nacional de Educação Ambiental

¹ Estudante do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística – DCME; Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN; Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA. E-mail: dallysson@gmail.com

² Orientador, Professor Dr.; Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais – DECAM; Centro de Engenharias – CE/UFRSA. E-mail: alanmartins@ufersa.edu.br

³ Co-Orientadora, Professora Dra.; Departamento de Ciências Humanas – DCH; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH/UFRSA. E-mail: jacquelinevasconcelos@ufersa.edu.br

(PNEA). Mediante a regulamentação, a Educação Ambiental (EA) passa a ser considerada um tema transversal que deve ser abordado em todos os níveis de ensino, quando determina “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (BRASIL, 1999, p. 2), como prevê também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Por sua vez, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018) [3], retrocede ao apontar educação ambiental como um tema “contemporâneo” e que deve “incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente [grifo nosso] de forma transversal e integradora”. Ou seja, a PNEA, construída em 1999 determina a integralização da educação ambiental em todos os níveis e em todas as disciplinas e a BNCC, em 2018, relativiza, essa importância, com a expressão “preferencialmente” e coloca a educação ambiental no patamar de temas contemporâneos, como se a educação para o trânsito, por exemplo, tivesse o mesmo nível de relevância da educação ambiental (BRASIL, 2018).

Assim, a inclusão da educação ambiental, embora assegurada em Lei [2], esbarra em sua aplicabilidade e em entendimentos posteriores que retrocedem ao debate anterior a vinte anos. Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a inserção da Educação Ambiental, de forma transversal e contínua, nos ensinamentos infantil e fundamental das instituições de ensino da rede pública no município de Icapuí-CE.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Os impactos socioambientais das mudanças climáticas têm se tornado cada vez mais evidentes. Nas últimas décadas o avanço dos efeitos de tais mudanças se tornou algo que não pode mais ser ignorado ao ponto de ser inserido na legislação a obrigatoriedade da Educação Ambiental como uma ação que visa minimizar os danos ao meio ambiente. A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795 em 1999, em seu artigo 1º define educação ambiental como: “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. No entanto, ainda permanece um certo desconhecimento sobre a sua obrigatoriedade de forma integrada e permanente em todos os níveis de ensino.

Sobre a implementação da educação ambiental, Silva (2018, p.2) [4] discorre: “de fato, a transversalidade demandada na lei e reforçada por diversos órgãos e entidades, a exemplo do MEC (Ministério da Educação e Cultura) através do PNC (Parâmetros Nacionais Curriculares) se constitui num desafio a implementação da EA, e, aparentemente, no motivo de sua baixa eficácia”.

De acordo com a Lei nº 9.795, em seu artigo 2º, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Conforme o MEC (BRASIL, 2019) [5], os Temas Contemporâneos Transversais os chamados “TCTs”, vem com objetivo de buscar contextualização do que é ensinado, através de temas que sejam de interesse dos estudantes e que tenham relevância para seu desenvolvimento pessoal como cidadão. O principal objetivo é que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas direcionados para a sua atuação na sociedade. Segundo Paiva (2017) [6], o papel dos temas transversais não é apenas de reproduzir conhecimentos, mas também de criar uma postura crítica e reflexiva aos discentes sobre os conteúdos ministrados em sala de aula proporcionando à prática do cotidiano social.

Oliveira e Neiman (2020) [7] relatam que no Brasil existem três documentos curriculares que abordam a questão ambiental na educação formal do país, sendo eles: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Onde com o decorrer da história brasileira, a Educação Ambiental passou por várias regulamentações até a sua culminância na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). De acordo com o MEC [3]:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p.7).

Com isso os temas transversais estão inclusos na BNCC, e conforme demanda a Lei supracitada, a Educação Ambiental deve ser desenvolvida em todos os níveis da educação.

Por fim, cabe esclarecer que os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC também visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o

Silva (2018) [4] afirma que, embora haja muitos desafios para a implantação da Educação Ambiental, é evidente o quanto a mesma é relevante dada a urgência do tema, se fazendo necessário reunir esforços e buscar soluções para sua implementação eficaz, uma vez que a conscientização da sociedade sobre as problemáticas ambientais representa uma importante ferramenta de preservação do meio ambiente, tão necessário a vida e a saúde de todos.

A metodologia foi adaptada da pesquisa desenvolvida por Paiva (2019) [1], em sua dissertação de Mestrado, realizada no Programa de Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da UFRS.

[...] é o método que une a análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, proporcionando uma melhor compreensão do tema estudado e melhor interpretação dos dados obtidos. Ainda de acordo com o mesmo autor a pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, que é aquela que busca a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis obtidas por meio da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e a observação sistemática.

A cidade de Icapuí-CE (Figura 1), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [8], tem uma população estimada para 2021 em 20.183 habitantes. A área territorial é de 421,44 km². A distância entre Icapuí e a capital do Estado, Fortaleza, é de 201,4 km. Em termos de economia local, em 2019, o salário médio mensal no município era de 1,8 salários mínimos; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, no mesmo ano era de 18,0%.



No aspecto ambiental e de saneamento, apresenta 14,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 83,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) [8].

Segundo a mesma fonte, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010 era de 96,8%. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede pública para o ano de 2019 foi de 6,0 (anos iniciais) e 4,9 (anos finais).

Buscou-se realizar uma análise censitária dos docentes que compõem o quadro das Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil, totalizando 205, dos quais 155 lecionam no Ensino Fundamental e 50 no Ensino Infantil. A coleta dos dados se deu através de um questionário, contendo 15 perguntas objetivas. As quatro primeiras questões referem-se a Educação Ambiental na formação pessoal do discente e a segunda parte do questionário contém onze questões específicas para verificar se há a abordagem transversal da temática ambiental nos conteúdos programáticos das aulas e se o requisito imposto pela PNEA está sendo contemplado formal e na prática das componentes curriculares ofertadas na educação básica do município. O instrumento utilizado foi formulário digital na plataforma *Google Forms*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve o retorno de 62 respondentes, sendo 17 da Educação Infantil, 25 do Ensino Fundamental I e 20 do Ensino Fundamental II, representando respectivamente, 27,4%, 40,3% e 32,3% e com a maior densidade de respostas dos professores do Fundamental I, conforme descrito no Gráfico 1.

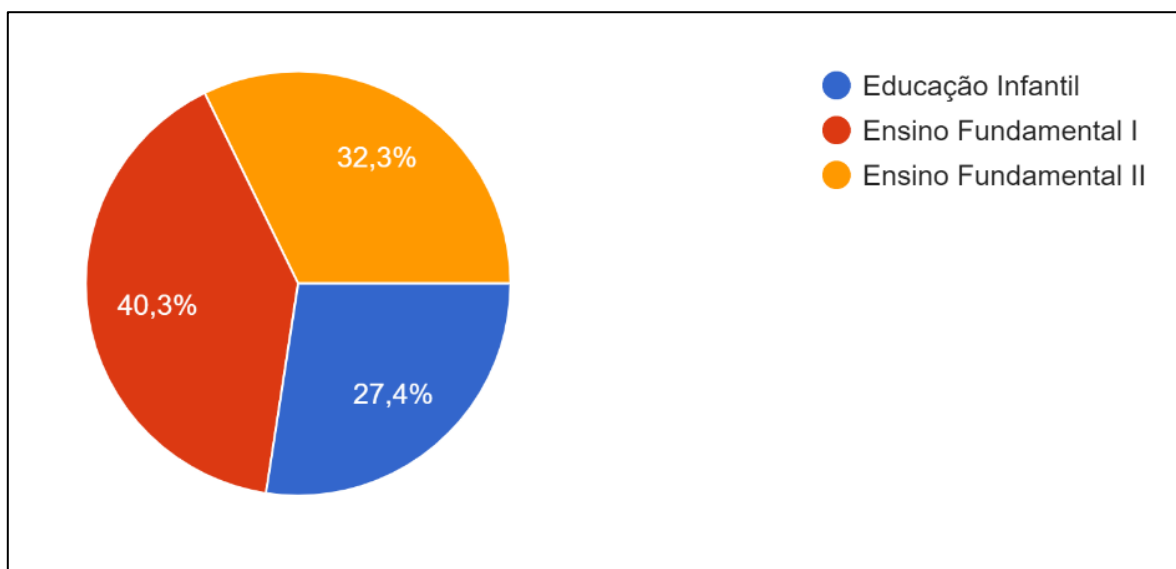


Gráfico 1 – Docentes das Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação de Icapuí-CE.
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quando indagados quanto a importância dos temas transversais, com base em seus conhecimentos, enumerando-os por ordem de prioridade, observou-se que a *Educação Ambiental* ocupou a posição de prioridade número um, *Consumo* ficou em última prioridade ocupando a sexta posição, observou-se no entanto que, *Trabalho* ocupou o terceiro e o quinto lugar concomitantemente e *Ética* ocupou o segundo e o quarto lugar na ordem de prioridade dos docentes, vale ressaltar que *Saúde* e *Pluralidade Cultural* embora elencados não obtiveram destaque na ordem de relevância de acordo com a opinião destes (Tabela 1). Desta forma pode-se concluir que, a Educação ambiental é o tema transversal de maior prioridade, visto que foi o que recebeu mais indicações de relevância.

Tabela 1 – Percepção dos docentes sobre a importância dos temas transversais

Temas transversais	Ordem de prioridade (n)					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Educação ambiental	33	13	8	16	10	10
Trabalho	3	14	17	12	18	10
Consumo	1	4	11	10	11	22
Ética	9	18	11	17	9	10
Saúde	14	9	7	1	4	2
Pluridade cultural	2	4	8	6	10	8

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Acerca da obrigatoriedade da abordagem dos temas transversais em sala de aula, os docentes em sua maioria apontaram que “sim, pois complementam a formação cidadã e pessoal do discente (88,7%), outros 8,1% responderam que “dependendo da disciplina pode ser sim ou não” e apenas 3,2% deram outras respostas sendo 1,6% que defende que, a obrigatoriedade dos temas transversais desconfiguram o seu real objetivo, e 1,6% que afirma que os temas transversais devem ser trabalhados em aula mas não como assuntos obrigatórios. Dado o exposto evidencia-se que a maior parte dos docentes, concordam da importância dos temas na formação cidadã e pessoal do discente. Conforme Gráfico 2:

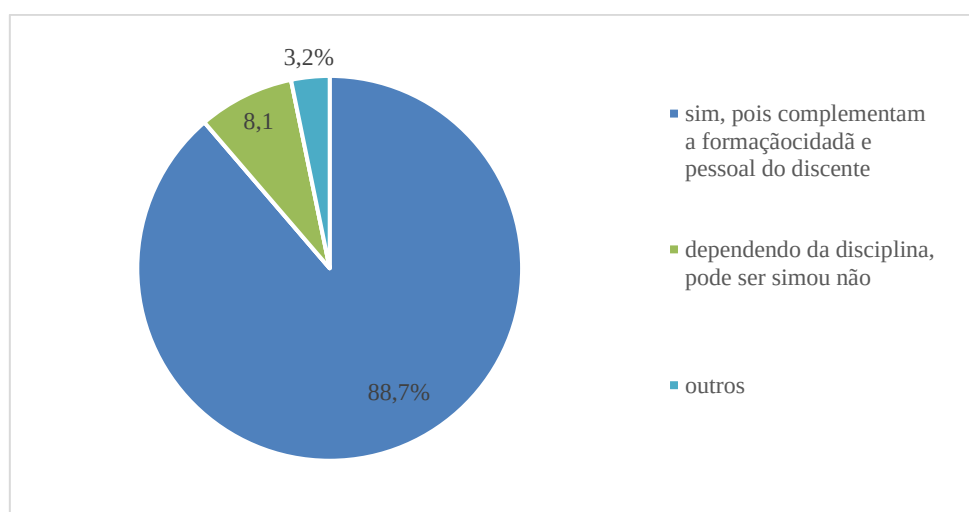


Gráfico 2 – Percepção dos docentes sobre a obrigatoriedade dos temas transversais em sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto a composição percentual da educação ambiental no plano de aula foi possível observar que 50,00% dos participantes afirmam que os temas transversais devem compor mais de 20 % do plano de aula, 43,55% acreditam que os temas não devem ultrapassar os 20% do plano. Por outro lado 3,23%, afirmam que os temas transversais devem ser extintos, 1,61% não soube responder e 1,61 % deu outra resposta, sendo ela que, os temas transversais talvez não tenham um percentual ideal para ser incluído no plano de aula, mas sim devem ser trabalhados de forma objetiva. Com a análise dos dados é possível perceber que ainda há uma parcela que afirma que os temas transversais devem ser extintos, no entanto, 50% dos indagados concordam que os mesmos devem compor mais de 20% de seu plano de aula e 43,55% concordam que deve compor pelo menos até 20% de seu plano de aula, dado esse fato percebe-se grande presença de temas transversais em seus planos de aulas. Conforme Gráfico 3:

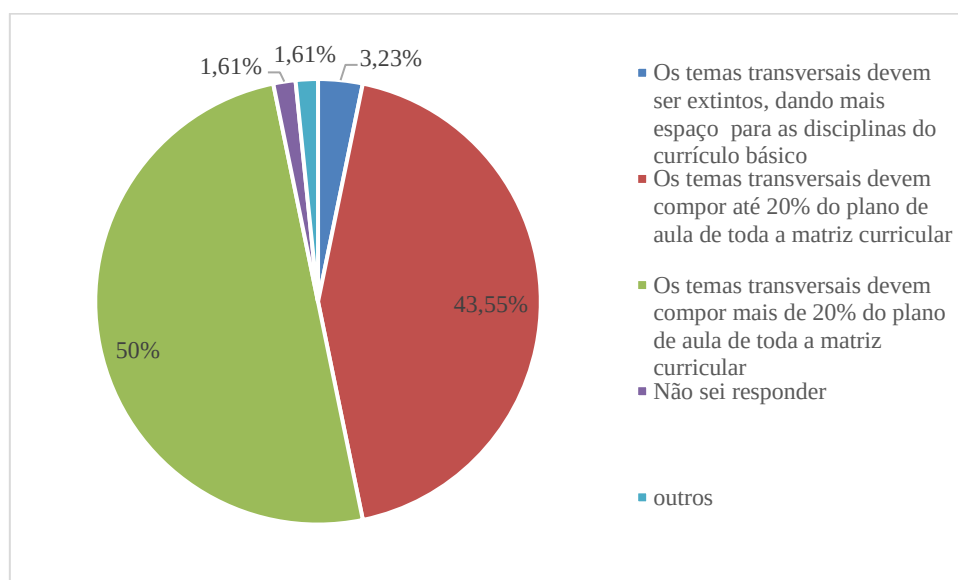


Gráfico 3 – Importância dos temas transversais em seu plano de aula

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em relação à contribuição dos conhecimentos provenientes dos temas transversais, podem contribuir para o auxílio do discente da Educação Básica em sua transição para o ensino médio e posteriormente o ensino superior, observou-se que, 95,2% dos entrevistados concordam que o conhecimento dessas temática amplia a formação do discente, podendo assim auxiliá-lo na transição dos próximos níveis de ensino, por outro 1,6% acreditam que não tem interferência na transição e 3,2% não tem condição de responder com segurança. Mediante os dados, percebe-se que quase todos os entrevistados reconhecem que os temas transversais tem relevância e auxiliam o acadêmico da Educação Básica ao decorrer de suas fases de ensino. Conforme observado no Gráfico 4:

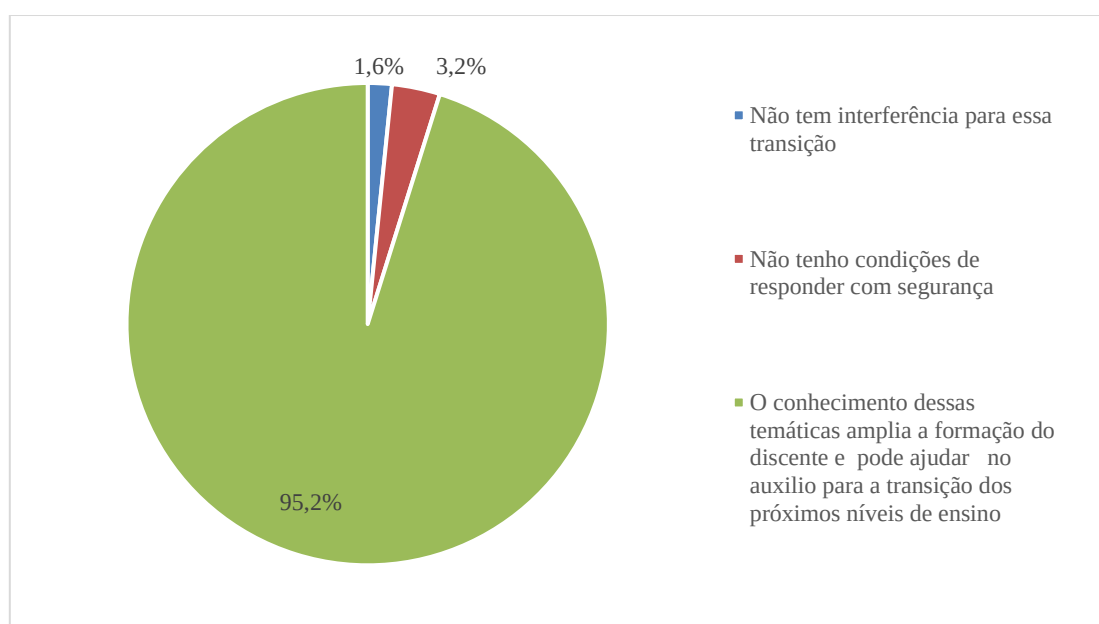


Gráfico 4 – Opinião dos professores sobre se conhecimento do discente da Educação Básica em relação aos temas transversais

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os dados referentes as questões (05 a 15) que tratam especificamente da Educação ambiental, podem ser observados na Tabela 2, descrita a seguir:

Tabela 2 – Dados das questões específicas sobre Educação Ambiental respondidas pelos docentes do município de Icapuí

Aspectos verificados	Dados em %				
	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A educação ambiental está presente na BNCC (Base Nacional Curricular Comum)	69,40	14,50	4,80	1,60	9,70
A educação ambiental está presente em seu plano de aulas	50,00	32,30	11,30	3,20	3,20
É importante que a temática de educação ambiental esteja contemplada no seu plano de aulas	75,80	12,90	1,60	-	9,70
A educação ambiental é determinante na formação do discente	59,70	25,80	3,20	3,20	8,10
A educação ambiental é uma área contemplada em atividades além da sala de aula, como os projetos de pesquisa e de extensão entre outros	62,90	24,20	4,80	-	8,10
A(s) disciplina(s) que leciono deve(m) contemplar transversalmente a temática de educação ambiental:	62,90	22,60	4,80	1,60	8,10
A(s) disciplina(s) que leciono contemplam transversalmente a temática de educação ambiental:	45,16	35,48	6,45	3,23	9,68
Eu sou capacitado para compreender que a educação ambiental é um tema transversal e que deve compor o escopo da formação acadêmica dos estudantes	48,40	37,10	6,50	4,80	3,20
Eu desenvolvo atividades dentro e/ou fora da sala de aula cuja temática da educação ambiental está contemplada	50,0	29,03	12,90	4,84	3,23
Eu tenho formação acadêmica e profissional suficiente para compreender a importância da educação ambiental na Educação Básica	46,77	30,65	11,29	6,45	4,84
Participei de treinamentos, oficinas e/ou outras formas de capacitação para compreender o papel da educação ambiental na formação acadêmica de meus alunos.	38,70	35,50	11,30	11,30	3,20

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os dados supracitados na tabela 2, revelam que, embora 75,8% dos entrevistados considerem importante que a temática da educação ambiental esteja contemplada no seu plano de aula, apenas 50% de todos os docentes concordam totalmente que a Educação Ambiental está presente em seus planos de Aula, o que reflete o fato de que somente 69,40% dos professores sabem que esse tema transversal está presente na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), outro fato é que apenas 38,70% dos profissionais, afirmam concordar totalmente que participou de capacitação para compreender o papel da educação ambiental na formação acadêmica de seus alunos.

5 CONCLUSÕES

A temática Educação Ambiental é de extrema importância, e deve ser trabalhada durante a formação acadêmica possibilitando ao indivíduo a capacidade de desenvolver o seu senso crítico a respeito do tema, o que poderá atuar como uma ferramenta de prevenção para o meio ambiente, no entanto essa temática é tratada muitas vezes como pontual e acaba não sendo desenvolvida, conforme assegura lei citada neste trabalho.

No decorrer dos anos, a lei que garante a temática ambiental foi se solidificando nos documentos referenciais da educação, no que resulta atualmente a temática inserida na Base Nacional Comum Curricular, no entanto conforme observado na pesquisa apenas 69,4% tem certeza da existência do tema ambiental neste documento, outro ponto que é importante ressaltar, é que somente 50% dos entrevistados afirmam totalmente que a Educação Ambiental está em seu plano de aulas assim como que a mesma é desenvolvida em atividades dentro e/ou fora da sala de aula. Desta forma, verifica-se que ainda há uma deficiência quanto ao ensino da Educação Ambiental no ensino público municipal. Em decorrência das limitações impostas pela pandemia de covid-19, atividades práticas não estavam em desenvolvimento.

Assim percebe-se ser necessário que, a Secretaria de Educação do município de Icapuí promova formações e oficinas, visando a capacitação continuada do corpo docente afim de suprir a deficiência de conhecimento referente a temática ambiental e sua importância, tais estratégias fortaleceriam a promoção da temática ambiental nos níveis infantil e fundamental. As políticas públicas voltadas aos municípios também podem receber aporte financeiro de outras fontes, inclusive dos governos federal e estaduais e terceiro setor e empresas privadas que priorizem a responsabilidade socioambiental.

6 REFERÊNCIAS

- [1] PAIVA, E.R.V.C. A transversalidade da educação ambiental: parâmetros Curriculares e concepções pedagógicas no curso de física da UERN Campus central. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Cognição, Tecnologias) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/2193>. Acesso em 18 mar. 2022.
- [2] BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=491>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). educação é a base. Brasília-DF: MEC, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.
- [4] SILVA, K.D.; OLIVEIRA, A.M. de. Transversalidade da educação ambiental no bacharelado em administração da Ufersa, Campus Mossoró/RN. 2018. 10f. Artigo (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2018.
- [5] BRASIL. MEC. Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 07 nov. 2021.
- [6] PAIVA, E.R.V.C. et al. Transversalidade da educação ambiental na licenciatura em matemática da UERN, Campus Mossoró/RN. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/33895>. Acesso em: 18. mar 2021.
- [7] OLIVEIRA, Lucas de; NEIMAN, Zysman. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da base nacional comum curricular (BNCC). Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea), [S.l.], v. 15, n. 3, p. 36-52, maio 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10474>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10474/7735>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- [8] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades: Icapuí. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/icapui/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

[9] MEIRELES, A.J. de A. Atlas de Icapuí. 1.ed. Fortaleza-CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012. Disponível em https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/De_Olho_Na_Agua-Atlas-Socioambiental-Icapui-CE.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

7 APENDICE

QUESTÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO BÁSICA

1. “Temas transversais” são aqueles assuntos que necessariamente estão presentes na vida das pessoas. Conforme seu entendimento, ordene os seguintes “temas transversais”, em grau de importância (ex. 1º, 2º...)

() educação ambiental () trabalho () consumo () ética () saúde () pluralidade cultural

2. Os temas transversais, devem ser abordados em sala de aula como assuntos obrigatórios?

() sim, pois complementam a formação cidadã e pessoal do discente

() não, são valores que devem ser adquiridos fora da sala de aula

() dependendo da disciplina, pode ser sim ou não

() tenho dificuldade em responder essa questão

() Outro: _____

3. Na sua opinião, qual deve ser o percentual de temas transversais em seu plano de aula?

() Os temas transversais devem ser extintos, dando mais espaço para as disciplinas do currículo básico

() Os temas transversais devem compor até 20% do plano de aula de toda a matriz curricular

() Os temas transversais devem compor mais de 20% do plano de aula de toda a matriz curricular

() Não sei responder

() Outro: _____

4. Você acha que o conhecimento do discente da Educação Básica em relação aos temas transversais pode contribuir para o auxílio do discente em sua transição para o ensino médio e posteriormente o ensino superior?

() Não tem interferência para essa transição

() O conhecimento dessas temáticas amplia a formação do discente e pode ajudar no auxílio para a transição dos próximos níveis de ensino.

() Não tenho condições de responder com segurança

() Outro: _____

QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para as questões de 5 a 15, considere a escala:

1= concordo totalmente

2= concordo parcialmente

3= não concordo nem discordo

4= discordo parcialmente

5= discordo totalmente

5. A educação ambiental está presente na BNCC:

1() 2() 3() 4() 5()

6. A educação ambiental está presente em seu plano de aulas:

1() 2() 3() 4() 5()

7. É importante que a temática de educação ambiental esteja contemplada no seu plano de aulas:

1() 2() 3() 4() 5()

8. A educação ambiental é determinante na formação do discente:

1() 2() 3() 4() 5()

9. A educação ambiental é uma área contemplada em atividades além da sala de aula, como os projetos de pesquisa e de extensão entre outros:

1() 2() 3() 4() 5()

10. A(s) disciplina(s) que leciono deve(m) contemplar transversalmente a temática de educação ambiental:

1() 2() 3() 4() 5()

11. A(s) disciplina(s) que leciono contemplam transversalmente a temática de educação ambiental:

1() 2() 3() 4() 5()

12. Eu sou capacitado para compreender que a educação ambiental é um tema transversal e que deve compor o escopo da formação acadêmica dos estudantes

1() 2() 3() 4() 5()

13. Eu desenvolvo atividades dentro e/ou fora da sala de aula cuja temática da educação ambiental está contemplada

1() 2() 3() 4() 5()

14. Eu tenho formação acadêmica e profissional suficiente para compreender a importância da educação ambiental na Educação Básica:

1() 2() 3() 4() 5()

15. Participei de treinamentos, oficinas e/ou outras formas de capacitação para compreender o papel da educação ambiental na formação acadêmica de meus alunos.

1() 2() 3() 4() 5()